/diariodolitoral
/diariodolitoral
/diariodolitoral

DIÁRIO do litoral.com.br



Quarta-feira
31 DE JULHO DE 2024

INFORMAÇÃO É TUDO

R$ 3,00
ANO 25 - Nº 8.938

Cava subaquática causaria dano letal em caso de rompimento

❯Alerta está implícito em relatório alternativo, produzido pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), da Alesp

"O fato da cava estar com mais de 50% acima do leito e considerando o aumento da profundidade do canal, poderá ocorrer modificação na hidrodinâmica da região, aumentando a pressão de saída de água nas vazantes de marés e erodir o banco de areia onde ela se encontra, disponibilizando os sedimentos altamente contaminados depositados", explica o relatório. A Cava é, basicamente, um aterro sanitário no fundo do mar. A da Região abriga resíduos altamente tóxicos. CIDADES/A3

Alerta

Líder ambiental na Alesp critica impactos da Parelheiros-Itanhaém

Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Meio Ambiente na Assembleia Legislativa do Estado (Alesp), o deputado estadual Mário Maurici de Lima Morais (PT) é contra a Rodovia Parelheiros-Itanhaém. Como revelou o Diário do Litoral com exclusividade no último final de semana, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) voltou a analisar a viabilidade técnica e econômica dessa ligação viária. Em 2012, a empresa concessionária Contern Construções e Comércio Ltda manifestou ao Governo do Estado interesse em construir e operar a rodovia, a princípio chamada provisoriamente de Nova Imigrantes. CIDADES/A4



RUBENS CHAVES/FOLHAPRESS

Gaeco combate desmanches na Baixada

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), do Ministério Público, deflagrou operação para o cumprimento de mandados de busca e apreensão contra um grupo especializado em desmanchar veículos roubados e furtados na Baixada Santista. Segundo o Ministério Público, foram emitidos 22 mandados de busca e apreensão em imóveis nos municípios de Praia Grande, Itanhaém e Capivari. A operação teve o apoio da Polícia Militar, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Técnico-Científica do Estado de SP. CIDADES/A4

SERVIÇOS DA SABESP

Tráfego para Área Insular de SV terá alterações CIDADES/A3



EBSON RAÍ/DIVULGAÇÃO

Reforma do Píer de Bertioga impulsiona o turismo náutico

Embarque e desembarque terão maior mobilidade e segurança CIDADES/A4

CUBATÃO

Ricardo Queixão renuncia como vereador

O ex-presidente da Câmara Municipal de Cubatão, Ricardo Queixão (PSD), renunciou como vereador de Cubatão. A carta foi apresentada ontem à Presidência do Legislativo, em caráter irrevogável e irretratável, somente alegando motivos pessoais. Conforme já publicado, Queixão foi preso no dia 16 de abril último, na Operação Muditia junto com outros servidores da Câmara. Os mandados foram cumpridos em diversas cidades do Estado. Na Baixada Santista, as equipes passaram também por Santos e Praia Grande. CIDADES/A4

Exército monitora situação na fronteira da Venezuela BRASIL/A7

ISSN 2177-0824







CONTRA PONTO

Por LG Rodrigues e colaboradores



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL

Olho nas eleições. O próximo sábado (3) será marcado pela convenção 'Pela Frente Praia Grande', que deverá marcar o lançamento da candidatura de Danilo Morgado às eleições municipais da Cidade. O evento será realizado às 18h na Avenida Maria Cavalcante da Silva, 300A, no bairro do Samambaia.

Em Santos. Na mesma data, a deputada federal Rosana Valle fará sua convenção onde deve oficializar, enfim, sua candidatura ao cargo máximo do Executivo santista. A reunião está marcada para 15h, na Avenida Ana Costa, 173, no bairro da Encruzilhada.

Antes disso. No dia anterior, mais precisamente sexta-feira (2), será a vez de Thaís Margarido realizar sua convenção partidária na Pérola do Atlântico. Com a benção da deputada estadual Solange Freitas, Margarido concorrerá à Prefeitura pelo União Brasil. A convenção da jornalista será a partir das 19h na Rua Funchal, 529, no bairro Jardim dos Pássaros, em Guarujá.

Voltando mais um pouco. A quinta-feira, dia 1º de agosto, foi reservada em Mongaguá por Rafael Redó e Guinho Silvestre, que devem oficializar suas candidaturas a prefeito e vice do município. Com apoio de Republicanos, Podemos, Novo e PSDB, a dupla convida todos os apoiadores a marcarem presença a partir das 19h10 na Avenida São Paulo, 3465, no bairro Vera Cruz, em Mongaguá.

Falando em agosto. A Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP da Assembleia Legislativa irá analisar, a partir de agosto, o Projeto de Lei 49/2020, do deputado Edmir Chedid (União), que fixa desconto no Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para o contribuinte que participa do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo.

Avaliação. Para o parlamentar, o Projeto de Lei poderá contribuir e potencializar o alcance proposto pela Lei 12.685/07, incentivando ainda mais o cidadão a participar do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal (Nota Fiscal Paulista). "Afinal, existe uma contrapartida bem razoável aos que possuem veículos no Estado. Os descontos previstos na matéria serão importantes ao contribuinte", disse. A proposta prevê descontos de 3% para os que tiverem entre 51 e 99 notas fiscais registradas no período de primeiro de novembro do segundo ano anterior ao exercício de competência do imposto até 31 de outubro do ano anterior ao mesmo exercício

DIÁRIO do litoral.com.br

Informação é Tudo
Somos Impresso.
Somos Digital.
Somos Conteúdo.
Diário do Litoral - 25 anos

SERGIO SOUZA
Fundador

ALEXANDRE BUENO
Diretor-Presidente

DAYANE FREIRE
Diretora-Administrativa

ARNAUD PIERRE COURTADON
Editor-Responsável

JORNAL DIÁRIO DO LITORAL LTDA · Fundado em 12/11/1998 · Jornalista Responsável: Alexandre Bueno (MTB 46737/SP) **· Agências de Notícias:** Agência Brasil (AB), Folhapress (FP) **· Comercial e Redação:** Rua General Câmara, 141 SALA 82 - Centro - Santos. CEP: 11010-121 - Fone: 13. 3307-2601 **· Parque Gráfico:** Rua General Câmara, 254. Centro - Santos. CEP: 11010-122. **São Paulo:** Rua Tuim, 101-A - Moema, São Paulo - SP - CEP 04514-100 - Fone: 11. 3729-6600 · Matérias assinadas e opiniões emitidas em artigos são de responsabilidade de seus autores.

FALE COM DIÁRIO

Fundador - Sergio Souza
sergio@diariodolitoral.com.br
Diretor Presidente - Alexandre Bueno
alexandre@diariodolitoral.com.br
Diretora Administrativa - Dayane Freire
administracao@diariodolitoral.com.br
Editor Responsável - Arnaud Pierre
editor@diariodolitoral.com.br
Site e redes sociais
site@diariodolitoral.com.br

Fotografia
fotografia@diariodolitoral.com.br
Publicidade
publicidade@diariodolitoral.com.br - marketing@diariodolitoral.com.br
Financeiro
financeiro@diariodolitoral.com.br
Gráfica
grafica@diariodolitoral.com.br

Telefone Gráfica e Redação
13. 3307-2601
Site - www.diariodolitoral.com.br



Edição digital certificada: DocuSign

Jornal Associado: ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

CHARGE



A corrida de barreiras da **indústria brasileira**

Não é novidade constatar que os níveis de competitividade da indústria nacional encontram-se aquém daqueles necessários à sua inserção robusta nos mercados globais e que perdeu o posto de principal motor do crescimento sustentado. Porém, algumas análises não se aprofundam nas causas reais dessa condição de relativa estagnação setorial. A primeira ponderação a ser feita é que a perda de competitividade do setor não se deve a deficiências intrínsecas às empresas. É preciso considerar a formação dos custos dos produtos industriais e a rentabilidade efetiva da atividade, variáveis essenciais para cálculos de decisão econômica.

O setor, como os demais, enfrenta muitas barreiras: brutal tributação inserida nas cadeias de valor; elevados custos nos contratos e distratos trabalhistas; ônus da previdência social mais cara do planeta; e insegurança jurídica. Porém, é apenado de modo mais específico por outros fatores relevantes: impostos ainda maiores do que os das outras atividades; enorme dificuldade de acesso ao crédito com taxas razoáveis; longos ciclos de políticas macro com juros punitivos e câmbio apreciado (não competitivo); e concorrência desleal permitida a mercadorias similares importadas, como as que hoje são vendidas com privilégios tributários pelas plataformas de e-commerce, em ostensiva desigualdade frente aos produtos made in Brasil.

Há, ainda, a falsificação, o contrabando e o descaminho, que provocam dumping dos preços no mercado interno, em claro desrespeito à segurança e à boa-fé dos consumidores. Segundo o Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade, esses ilícitos provocaram, só em 2023, perdas de R$ 302 bilhões sobre 15 setores produtivos, a grande maioria na área industrial, além de uma evasão fiscal de R$ 139 bilhões.

O "Custo Brasil" é estimado como monstruosa sobrecarga anual de R$ 1,7 trilhão em relação à média dos países da OCDE. Se incluíssemos a China na conta, a diferença seria ainda maior. Assim, é prioritária a agenda para diminui-lo, na qual cabe concluir uma reforma tributária que, de fato, reduza o peso dos impostos sobre o valor adicionado e não só o mantenha, como se pretende. Também urge conter a expansão doentia da despesa pública, que rouba a produtividade nacional pela exagerada transferência de recursos do setor privado para o público. Esta é a raiz mais profunda da estagnação da produtividade. Por isso, é imperativo realizar a reforma administrativa, orçamentária e financeira, além de corrigir os demais fatores que oneram a atividade empresarial.

A indústria está muito atuante nesse sentido e buscando fazer a lição de casa do aporte tecnológico e produtividade. Prova desse empenho é que, nos 30 anos do Real, a inflação geral acumulada foi pouco superior a 750%. No mesmo período, os preços do vestuário, por exemplo, evoluíram cerca de 450%. Este segmento, no qual milito há muitos anos, foi o que menos majorou seus produtos, enquanto investia e aumentava sua produtividade, transferindo os ganhos para a sociedade. São avanços difíceis num ambiente de árdua competição do setor e de toda a indústria do Brasil contra empresas concorrentes de países com subsídios e arcabouço regulatório diferentes do nosso e, na maioria dos casos, muito mais amigáveis em termos de custos de produção e operação.

Enfrentamos, ainda, limitações quanto à mão de obra qualificada, problema estrutural da educação pública nacional, que segue sem a devida qualidade. É algo que afeta de modo mais incisivo um setor que exige capacitação elevada dos profissionais. Por esse motivo, a indústria, além dos altos encargos trabalhistas, investe pesados recursos em formação de recursos humanos. Trata-se de ônus adicional significativo.

A agropecuária brasileira, com a qual a indústria é às vezes comparada, movida pela capacidade de seus produtores e pesquisas da Embrapa e outras instituições, soube, de fato, ocupar os espaços mercadológicos globais. No entanto, embora conte com mais estímulos e melhores condições de financiamentos do que a manufatura e a despeito do seu meritório êxito, o agro tem segmentos que ainda não alcançaram níveis elevados de desenvolvimento e/ou competitividade em escala planetária.

Há de se considerar que a indústria de transformação não tem sido priorizada no País. Há muito tempo não conta com um programa, como o Plano Safra, com vultoso aporte anual de recursos e taxas de juros mais baixas. Além disso, embora represente 15,3% do PIB, paga desproporcionais 34,8% do total de tributos federais e tem um exclusivo que onera seus custos: o IPI. O agro representa 7,1% do PIB e responde por 0,6% dos impostos federais.

Com o mesmo volume de recursos (cerca de R$ 500 bilhões anuais), taxas de juros e nível de tributação do agro, a indústria de transformação também teria avançado mais em sua competitividade. A propósito, novo relatório da Fiesp aponta que, em 2023, as atuais distorções do sistema tributário custaram R$ 144 bilhões ao setor, que paga mais impostos do que os demais. Espera-se que a reforma, em seu processo de regulamentação no Congresso Nacional, estabeleça alíquotas mais equânimes para todos e não aumente a carga total.

> **É preciso considerar a formação dos custos dos produtos industriais e a rentabilidade efetiva da atividade, variáveis essenciais para cálculos de decisão econômica**

Cabe ressaltar que, a despeito de todas as barreiras que tem enfrentado ao longo das últimas quatro décadas, a indústria responde por 66,6% das exportações brasileiras de bens e serviços, 66,8% dos investimentos nacionais em P&D e 24,4% da arrecadação previdenciária. Mantém mais de 11 milhões de postos de trabalho, emprega 21,2% de todos os trabalhadores formais do Brasil e paga os melhores salários (R$ 11,78 mil para os que têm Ensino Superior, ante média nacional de R$ 8,21 mil; e R$ 3,09 mil para quem tem o Ensino Médio, contra R$ 2,71 mil no País). Ademais, apresenta o maior fator de multiplicação, gerando R$ 2,44 para cada R$ 1,00 que produz. Na agropecuária esse índice é de R$ 1,71 e no comércio e serviços, R$ 1,52.

Apenas o importante fomento do agro e dos serviços, conforme atesta a realidade de nossa economia, inserida na armadilha da renda média, não tem sido suficiente para promover ampla inclusão socioeconômica, garantir crescimento sustentado em patamares consistentes, entre 3% e 4% ao ano, e elevar o grau de desenvolvimento. Para conquistarmos esses avanços, a indústria de transformação é decisiva, merecendo políticas mais efetivas e duradouras para sua modernização, ganhos de produtividade e níveis de competitividade compatíveis com a acirrada concorrência no mercado global. Contradiz o ideal da olimpíada econômica correr na mesma pista dos concorrentes, mas com barreiras somente na nossa raia.

*** Fernando Valente Pimentel,** diretor-superintendente e presidente emérito da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit)



INÊS 249

PREOCUPAÇÃO. A Cava é, basicamente, um aterro sanitário no fundo do mar. A da Região abriga resíduos altamente tóxicos

Cava subaquática pode romper a qualquer momento no litoral de SP

Imagine um vulcão submerso, com alto grau de toxidade e letalidade, podendo entrar em erupção a qualquer momento, causando uma verdadeira catástrofe social e ambiental no Estuário de Santos, berçário de inúmeras espécies marinhas e reduto de centenas de pescadores artesanais que buscam, diariamente, o sustento de suas famílias.

O alerta acima não é sensacionalista e muito menos uma possibilidade remota. Está implícito em um relatório alternativo, produzido pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), da Assembleia Legislativa de São Paulo, publicado do Diário Oficial do Estado, sobre a cava subaquática que se encontra 'adormecida' no canal do Estuário de Santos.

Isso porque "o fato da cava estar com mais de 50% acima do leito e considerando o aumento da profundidade do canal, poderá ocorrer modificação na hidrodinâmica da região, aumentando a pressão de saída de água nas vazantes de marés e erodir o banco de areia onde ela se encontra, disponibilizando os sedimentos altamente contaminados depositados", explica o relatório.

O pesquisador e membro da Comissão Nacional de Segurança Química (CONASQ), Jeffer Castelo Branco, diz ainda que o relatório esclarece que 12 metros de sedimentos contaminados estão dispostos acima do leito e suas partes sul e leste estão próximas do canal de navegação, podendo espalhar mais de 50% do material no fundo.

"O que contribui para que os contaminantes da cava escapem para o meio com mais facilidade. O relatório mostra também que a anacrônica cava subaquática é totalmente diversa daquela apresentada no Estudo de Impacto Ambiental-Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA)", alerta.



DIVULGAÇÃO

Há cinco anos, tramita na Câmara um PL que proíbe a construção de novas cavas subaquáticas em oceanos, rios, lagos, lagoas ou estuários

A Cava é, basicamente, um aterro sanitário no fundo do mar. A da região abriga resíduos altamente tóxicos e serviu para despejo durante oito anos – 2016 a 2023 - de industrialização e dragados do fundo do Canal de Piaçaguera, gerando um perigoso passivo ambiental, alvo recente dos ministérios públicos Estadual e Federal.

DE OMBROS.
Há cinco anos, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 3285/2019, que proíbe a construção de novas cavas subaquáticas em oceanos, rios, lagos, lagoas ou estuários. Ele foi apresentado pela deputada federal Rosana Valle (PL), que hoje somente acompanha seu desdobramento.

Depois de passar na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, os mais recentes trâmites ocorridos aconteceram a partir de 31 de janeiro do ano passado, quando a proposta chegou à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), quando o deputado Tadeu Alencar (PSB/PE) deixou de ser membro da Comissão. Somente em 18 de abril, também do ano passado, foi designado um novo relator, o deputado Fernando Jose De Souza Marangoni (União).

No dia seguinte, foi reaberto prazo para emendas ao projeto, encerrado somente em 03 de maio, sem nenhuma emenda apresentada. Em 10 de maio do mesmo ano, houve apresentação do parecer do relator pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto e do substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Meses depois, em 6 de março deste ano, foi descoberto que Marangoni não integrava a Comissão na data de sua instalação, sendo designado, em 18 de abril último, o deputado Gilson Daniel (Podemos-ES) como novo relator, que até hoje não apresentou parecer à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) do Congresso Nacional para ser aprovado e se tornar, ou não, lei.

MPs.
Como já divulgado com exclusividade pelo Diário, o passivo ambiental deixado pela Cava no Estuário remonta uma luta inglória, destacada nas páginas impressas e redes do jornal desde de 2018. Ambientalistas e os próprios promotores públicos tentaram impedir, sem êxito, que a Cava se mantivesse em operação.

Eles iniciaram um movimento intitulado Cava é Cova e incentivaram Rosana Valle a apresentar o projeto de lei, criado um ano antes dele ser enviado ao Congresso Nacional, que determina um prazo de cinco anos para a desativação e extinção das cavas já existentes.

Vale lembrar que, durante a tramitação na Comissão de Meio Ambiente, foi revelado que a técnica de disposição de resíduos não é mais utilizada no Mundo, pois o mar não pode ser transformado em uma área de deposição de resíduos.

Nos Estados Unidos, as cavas são proibidas na maioria dos estados. Os estados americanos que permitem as cavas só aceitam baixas concentrações de poluentes, na faixa de 200.000 milímetros cúbicos. A cava de Cubatão abrigava poluentes tóxicos na faixa de 2.400.000 milímetros cúbicos.

Em Santos, o vereador Chico Nogueira (PT) tinha apresentado um projeto de lei proibindo a construção de cavas no Estuário Santista. O objetivo, segundo o parlamentar, era garantir a segurança de novas gerações. Mas, para surpresa, o então prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), hoje deputado federal, vetou a proposta.

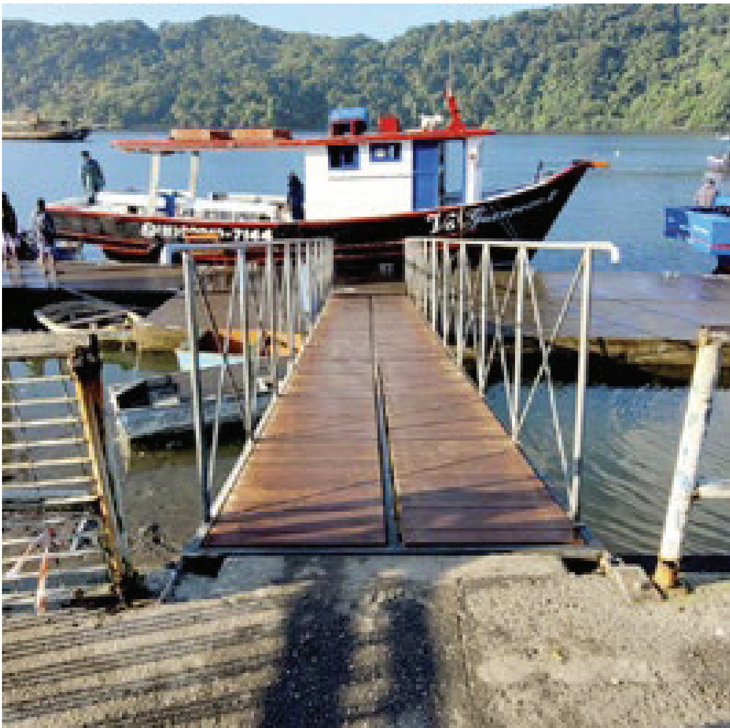
A nova ação judicial contra o passivo da Cava foi assinada pelo procurador da República Antonio José Donizetti Molina Daloia, o 16º promotor de Justiça Carlos Cabral Cabreira e a promotora Flávia Maria Gonçalves, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema).

Eles querem responsabilizar a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A (Usiminas), a Ultrafértil S/A, a VLI e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) pela permanência de dano ambiental (poluição) perpetrado no Estuário de Santos – bem da União e área de preservação permanente, oriundo do descarte de material contaminado no oceano. As empresas já se manifestaram alegando que o equipamento não causou e nem causará riscos ambientais. **(Carlos Ratton)**

Reforma do flutuante do Píer de Bertioga aumenta segurança e impulsiona turismo

O embarque e desembarque realizados no Píer de Bertioga, localizado à margem do canal do município, no centro da cidade, terão maior mobilidade e segurança devido às reformas e manutenções no flutuante e na plataforma acoplada. As obras foram finalizadas no dia 22 de julho.

O equipamento recebeu reformas na rampa, nos suportes de atracação, na plataforma, nas travas paralelas de fixação, novas correntes de fixação e cabeamento de segurança na rampa de acesso. A manutenção possibilita duas operações simultâneas (embarque, desembarque ou ambas). O píer foi totalmente reformado, incluindo o flutuante, uma plataforma em cimento expandido com isopor, ligada à rampa de metal e madeira que faz a ligação entre as embarcações atracadas e a Avenida Vicente de Carvalho. Ao todo, foram investidos 170 mil reais nas melhorias.



ALUÍZIO DURÇO BERNARDINO

O equipamento recebeu reformas na rampa, nos suportes de atracação, na plataforma e nas travas paralelas de fixação

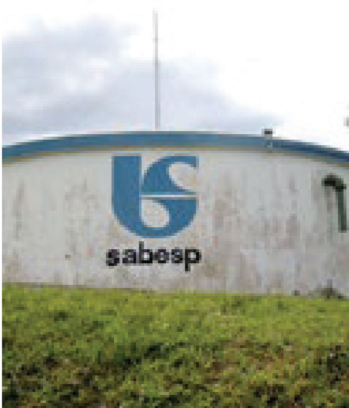
"As melhorias no flutuante são fundamentais para o embarque e desembarque no Píer do município, sendo o principal equipamento público da região. A manutenção resultará no aumento do turismo náutico," ressalta o diretor de turismo, Filipe Toni Sofiati.

ORIENTAÇÕES.
É proibido pescar no píer flutuante, nadar nas águas de seu entorno, realizar embarque e desembarque por mais de dez minutos, exceder a velocidade permitida para embarcações e amarrar embarcações não autorizadas na estrutura. **(DL)**

Tráfego em SV terá alterações para obra

Devido à execução de serviços de tubulação da Sabesp, o tráfego na Avenida Angelina Pretti terá alterações parciais da tarde de quarta (31) até a noite de quinta-feira (1°). A fim de amenizar impactos, a companhia não interromperá os trabalhos até sua conclusão. Vale salientar que o trânsito no local não estará interditado.

Em virtude dos serviços, haverá estreitamento da via no sentido Área Insular. Serão utilizados o acostamento e metade da faixa para as intervenções da Sabesp. Os condutores terão apoio a todo momento de profissionais da Secretaria de Mobilidade Urbana (Semob).



DIVULGAÇÃO

Devido às obras da Sabesp, o tráfego na Avenida Angelina Pretti terá alterações parciais de quarta (31) até quinta (1º)

Além disso, o local contará em toda a sua extensão (1 km) com ampla sinalização indicando as intervenções, com placas, cones, cavaletes e iluminação.

De acordo com a companhia, a previsão de conclusão dos trabalhos é para às 20h de quinta-feira. **(DL)**

ITANHAÉM-PARALHEIROS. Estrada reduziria congestionamentos no SAI, mas atravessa trecho da Serra do Mar

Líder ambiental critica impactos de possível rodovia

Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Meio Ambiente na Assembleia Legislativa do Estado (Alesp), o deputado estadual Mário Maurici de Lima Morais (PT) é contra a Rodovia Parelheiros-Itanhaém. Um dos mais votados no extremo sul da Capital nas eleições de 2022, Maurici acredita que a estrada não "traria benefício algum à população" da região. Na avaliação do parlamentar, a Parelheiros-Itanhaém "desencadearia um processo de ocupação desordenada de um dos trechos mais preservados da Mata Atlântica, com intenso desmatamento". Como revelou o Diário do Litoral com exclusividade no último final de semana, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) voltou a analisar a viabilidade técnica e econômica dessa ligação viária.

Há 50 anos, prefeitos, deputados, secretários de Estado, caiçaras e moradores da Zona Sul da Capital promoveram um grande ato político pedindo a construção da rodovia. A manifestação, conhecida como "Plenário de Santo Amaro" lotou o "maior cinema da América Latina", em Itanhaém, desafiando o Ato Institucional número 5, que proibia reuniões públicas durante a ditadura militar (1964/1985).

E, há 30 anos, um projeto prevendo a licitação da obra foi aprovado na Alesp. A ação dos deputados estaduais à época forçou o então governador Mário Covas (1930/2001) a sancionar a Lei 9.851/97. Porém, o projeto nunca saiu do papel.

Segundo Maurici, "a construção desta Rodovia sempre foi considerada totalmente inviável devido ao imenso impacto ambiental que seria gerado".

Mais: o ex-prefeito de Franco da Rocha considera que "se a rodovia não foi levada a cabo ainda por nenhum governador em 30 anos, é de se imaginar a dificuldade e as complicações que uma obra desta natureza criaria para o conjunto da sociedade".

O líder da frente ambientalista da Alesp sugere que a retomada dos estudos de viabilidade da Parelheiros-Itanhaém pode estar relacionada a interesses econômicos: "Um dos motivos da insistência na proposta é que abre excepcionais possibilidades de especulação imobiliária".

Maurici pondera ainda que "é difícil prever benefícios da ligação rodoviária Parelheiros-Itanhaém porque também é preciso considerar os seus malefícios". Segundo o deputado, a região "faz parte da área de preservação e recuperação de mananciais, que abastece a Grande São Paulo. E ainda é um dos poucos trechos de Mata Atlântica que restaram, um valioso patrimônio verde de todo o Estado".

NÃO RESOLVE. O deputado também entende que a eventual construção da rodovia não resolveria os gargalos que atrapalham o crescimento do comércio exterior através do Porto de Santos com a saturação do Sistema Anchieta-Imigrantes.

"Para o Porto não existe solução rodoviária que perdure por um período razoável. Quando foi construída a segunda pista da Rodovia dos Imigrantes, na década de 1990, se dizia que o acesso ao Porto estava resolvido com a priorização da Via Anchieta para caminhões. E o sistema já está saturado".

E completa: "Para desafogar o Sistema Anchieta-Imigrantes de forma definitiva é necessário reduzir drasticamente o número de caminhões no trecho de Serra com a construção de ferrovia, ou outra solução similar própria para transporte de carga, que ligue o Planalto ao Porto e que proporcione ganhos ambientais".

A Prefeitura de Itanhaém é favorável ao projeto. "O acesso entre a Baixada Santista e o Planalto é um dos maiores gargalos da nossa Região Metropolitana", resume o prefeito de Itanhaém, Tiago Rodrigo Cervantes (Republicanos).


RUBENS CHAVES/FOLHAPRESS
Vista de drone de reserva florestal na região de Parelheiros, com a represa Billings ao fundo

"A implementação de uma terceira via de acesso beneficiaria significativamente Itanhaém e toda a região, melhorando não apenas a logística, mas também a mobilidade, a segurança dos motoristas e reduzindo o tempo de viagem", completa o prefeito.

"Esse avanço (a rodovia) fortaleceria o turismo e impulsionaria a economia local", previu Cervantes, com exclusividade ao Diário do Litoral, no último dia 18.

Já a Prefeitura de São Paulo e a Subprefeitura de Parelheiros foram procuradas pela reportagem da *Gazeta* de S.Paulo durante três dias consecutivos na semana passada, mas não se manifestaram.

LITORAL, RIBEIRA E PORTO. A rodovia serviria não só à cidade de Itanhaém, como também a Mongaguá, Peruíbe e Praia Grande. A expectativa é que a ligação reduziria pela metade o tempo de viagem entre o Planalto e o Litoral Sul nos dias de semana.

A estrada também aproximaria a Capital dos moradores de Itariri e Pedro de Toledo, no Vale do Ribeira. Hoje, os motoristas dessas duas cidades têm de se dirigir até Miracatu, onde acessam a Rodovia Régis Bittencourt (BR-116) para chegar à Grande São Paulo.

A SP-040 (Rodovia Parelheiros-Itanhaém) também reduziria o volume de veículos no Sistema Anchieta--Imigrantes, beneficiando os motoristas que se dirigem a Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão e Bertioga.

A rodovia ligando o extremo sul da Capital ao Litoral Sul também serviria como rota alternativa aos caminhões que se deslocam do norte do Paraná, da região oeste do Estado de São Paulo e até do Mato Grosso do Sul rumo ao Porto de Santos. **(Nilson Regalado)**

EM 2012

Empresa demonstrou interessou na construção

Em 2012, a empresa concessionária Contern Construções e Comércio Ltda manifestou ao Governo do Estado interesse em construir e operar a rodovia, a princípio chamada provisoriamente de Nova Imigrantes. Posteriormente, o nome do ex-presidente João Goulart (1919/1976), deposto ilegalmente pela Ditadura Civil-Militar de 1964, foi cogitado para batizar a Parelheiros-Itanhaém. Goulart foi o único presidente a tentar implementar uma ampla reforma agrária no Brasil, o que desagradou a elite.

O trajeto da estrada Capital-Litoral Sul teria apenas 15 quilômetros, contra os quase 70 da Imigrantes. Na Baixada Santista, o traçado começaria na altura do km 319 da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-55), no Jardim Suarão, próximo à divisa Itanhaém/Mongaguá.

O projeto original previa que as pistas atravessariam os vales dos rios Aguapeú, Branco e Branquinho. Após a subida da Serra do Mar a estrada chegaria ao Planalto pela margem do Vale do Rio Capivari, já no Município de São Paulo.

A partir daí o asfalto seguiria no sentido sul-norte paralelamente à antiga estrada de ferro que ligava os distritos de Marsilac e Santo Amaro através da Estação Evangelista de Souza.

E cruzaria o Rodoanel Mário Covas (SP-21) na altura do Km 56. O fim da viagem seria na Estrada Ecoturística de Parelheiros, próximo do cruzamento com a Avenida Fernando da Cruz Alves.

Sem o contrato para construção da Rodovia Parelheiros-Itanhaém, a Contern enfrentou dificuldades financeiras nos anos seguintes até pedir a recuperação judicial. A empresa operava projetos nas áreas de infraestrutura e energia.

Responsável pela construção da segunda pista da Rodovia dos Imigrantes e administradora das pistas que interligam a Capital a Santos, a Ecovias foi consultada pelo Diário, mas alegou que não conhecia detalhes do projeto da Rodovia Parelheiros-Itanhaém. **(Nilson Regalado)**

Operação combate grupo especializado em desmanche

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), do Ministério Público, deflagrou na manhã desta segunda-feira (29) uma operação para o cumprimento de mandados de busca e apreensão contra um grupo especializado em desmanchar veículos roubados e furtados na Baixada Santista.

Segundo o Ministério Público, foram emitidos 22 mandados de busca e apreensão em imóveis nos municípios de Praia Grande, Itanhaém e Capivari. A operação teve o apoio da Polícia Militar, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo.

Ainda durante a ação, foram identificados pagamentos indevidos a agentes públicos para que atuassem sem repressão estatal. Os agentes também apuraram que os investigados possuem mais de uma dezena de depósitos e galpões nos municípios onde a ação foi deflagrada.



DIVULGAÇÃO/MPSP
Segundo o Ministério Público, foram emitidos 22 mandados de busca e apreensão em imóveis em três municípios

Participaram da operação 12 integrantes do MPSP, três equipes de peritos da Polícia Técnica, 60 policiais militares do 2º BAEP e 34 policiais rodoviários federais. **(Natália Brito)**

Em Cubatão, Ricardo Queixão renuncia como vereador

O ex-presidente da Câmara Municipal de Cubatão, Ricardo Queixão (PSD), renunciou como vereador. A carta foi apresentada ontem (30) à Presidência do Legislativo, em caráter irrevogável e irretratável, alegando motivos pessoais.

Conforme já publicado em diversos veículos de comunicação, Queixão foi preso no dia 16 de abril, na Operação Muditia junto com outros servidores da Câmara. Os mandados foram cumpridos em diversas cidades do Estado. Na Baixada Santista, as equipes passaram também por Santos e Praia Grande.

O objetivo da operação, comandada pelo Ministério Público de SP, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) e a Polícia Militar, era desarticular um grupo criminoso, associado ao Primeiro Comando da Capital (PCC), investigado por inúmeras fraudes em licitações em todo o Estado.

As equipes deram cumprimento a mandados de busca e apreensão em 42 endereços e a 15 de prisão temporária, todos expedidos pela 5ª Vara Criminal de Guarulhos. As ordens judiciais incluem prisão cautelar de agentes públicos, três deles vereadores de cidades do Alto Tietê e litoral.

Segundo a investigação, empresas atuavam de forma recorrente para frustrar a competição nos processos de contratação de mão de obra terceirizada no Estado, notadamente em diversas prefeituras e Câmaras Municipais. Guarulhos, São Paulo, Ferraz de Vasconcelos, Cubatão, Arujá, Santa Isabel, Poá, Jaguariúna, Guarujá, Sorocaba, Buri, Itatiba e outros municípios têm contratos sob análise.

De acordo com o promotores, havia simulação de concorrência com empresas parceiras ou de um mesmo grupo econômico. Também há indicativos da corrupção sistemática de agentes públicos e políticos (secretários, procuradores, presidentes de Câmara de Vereadores, pregoeiros etc.) e diversos outros delitos – como fraudes documentais e lavagem de dinheiro.

As empresas do grupo têm contratos públicos que somam mais de R$ 200 milhões nos últimos anos. Alguns deles atendiam a interesse do PCC, que tinha influência na escolha dos ganhadores de licitações e reparte os valores ilicitamente auferidos. A matéria completa pode ser conferida no site do Diário do Litoral. **(Carlos Ratton)**



INÊS 249

CLT Premium viraliza nas redes sociais

» No jargão das redes, empregos “CLT Premium” são aqueles que oferecem benefícios a funcionários além do básico exigido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Constituição Federal.

As vagas surgem como um contraponto à popularização de posições que prometem salários maiores a trabalhadores cadastrados como pessoas jurídicas prestadoras de serviço -a chamada “pejotização”.

João Vitor Paz de Oliveira, bancário de 22 anos, alcançou 4 milhões de visualizações no TikTok compartilhando os “luxos” do emprego CLT: viagens corporativas com tudo pago pelo empregador, décimo quinto salário, plano de academias, participação nos lucros da empresa etc.

Mas a chamada CLT Premium não é novidade no mundo fora da internet, pelo menos para uma seleta fatia, segundo o advogado trabalhista Leone Pereira.

“Empregados de alto escalão, como CEOs e diretores, sempre tiveram isso”, diz.

A viralização do conceito mostra o olhar de uma nova geração de profissionais mais atenta a qualidade de vida e bem-estar, mesmo em cargos de entrada nas organizações, de acordo com o especialista.

A Constituição Federal a CLT estabelecem direitos trabalhistas mínimos, como 13º salário, férias remuneradas, FGTS, seguro-desemprego, licença-maternidade e paternidade, além de garantir a proteção contra demissões arbitrárias e a negociação coletiva.

“Mas nada impede que o empregador ofereça benefícios adicionais, especialmente para atrair os mais jovens, que buscam mais benefícios”, afirma Pereira.

A trend não escapou de problematizações. Alguns usuários se mostraram contra a extrapolação do conceito de “Premium”, criticando (muitas vezes, com memes) a exaltação de condições que deveriam ser o básico fornecido pelas empresas.

Déia Freitas, apresentadora do podcast Não Inviabilize, é uma das críticas ao conceito. Ela não se considera provedora de empregos “CLT Premium”, mesmo após presentear os cinco funcionários de sua empresa com casas quitadas.

A publicação anunciando o feito viralizou nas redes sociais na última quinta-feira (25).

“Não acredito nisso de ‘premium’, não. Quanto mais direitos para o trabalhador, melhor. É o mínimo. Quando a gente fala em ‘premium’, parece que é algo a mais”, diz Freitas.

A empresária diz que diferentes empreendedores podem não ter as mesmas condições para oferecer a funcionários, mas que isso não é motivo para deixar de exigir direitos.

“Não dá para comparar alguém recebendo dinheiro com publicidade na internet e um dono de lanchonete; ele pode não fazer o que eu fiz. Mas bilionários e bancos conseguiriam melhorar bem a condição de seus funcionários”, afirma.

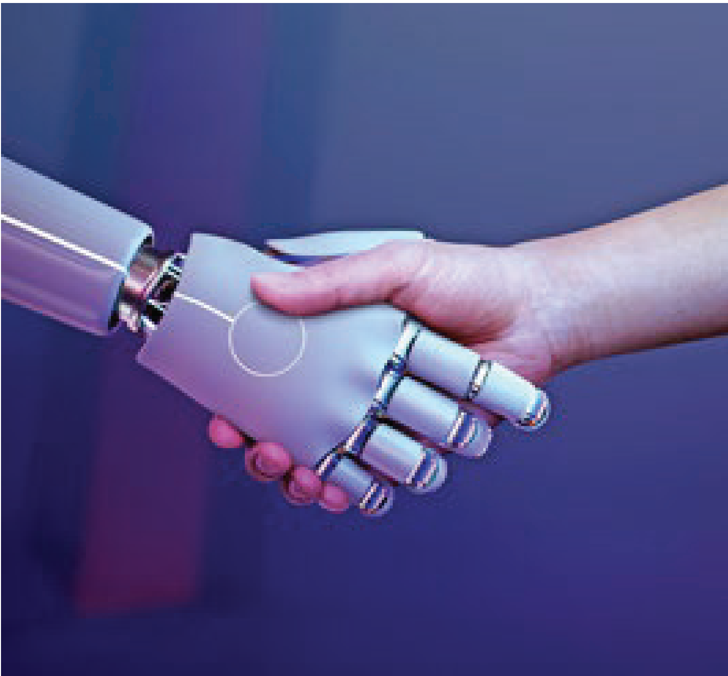
João Altman, diretor de recursos humanos da VR Benefícios, também considera que desigualdades devem ser consideradas na classificação de benefícios como básicos ou não.

“Precisamos ter um recorte de quem estamos falando para não ficar uma conversa de bolha, que não reflete a realidade do trabalhador brasileiro. Das últimas pesquisas que fizemos, só 18% da base fazia home office, mas, quando segmentamos para classes A e B, o número sobe para 28%”, diz João Altman, diretor de recursos humanos da VR Benefícios.

Dados da VR mostram que os benefícios mais requisitados depois dos populares vale-alimentação e convênio médico são incentivos à prática de exercício e saúde mental. A flexibilização dos vales também está valorizada, com cartões multibenefícios sendo os produtos que mais crescem na empresa, de acordo com Altman. **(FP)**

Plano para IA prevê mais de R$ 20 bilhões

BRASÍLIA. A proposta será analisada pela presidência da República antes de ser oficializada



DIVULGAÇÃO/FREEPIK

» O presidente disse que chamará uma reunião ministerial para tratar do tema quando voltar de sua viagem ao Chile

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recebeu, nesta terça-feira (30), a proposta de Plano Brasileiro de Inteligência Artificial, com a previsão de R$ 23 bilhões de investimentos até 2028.

O documento, intitulado “IA para o Bem de Todos”, foi elaborado a pedido do próprio presidente pelo Conselho de Ciência e Tecnologia, vinculado à pasta da ministra Luciana Santos (Ciência, Tecnologia e Inovações). A medida foi entregue a Lula durante a Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, que foi retomada após 14 anos.

A proposta será analisada pela presidência da República antes de ser oficializada. O presidente disse que chamará uma reunião ministerial para tratar do tema quando voltar de sua viagem internacional ao Chile, que ocorre na próxima semana.

Dentre as medidas, o plano apresenta objetivo, premissas e ações de impacto imediato relacionadas à inteligência artificial. Dentre as propostas, há aplicação de tecnologia em diagnósticos do SUS, processos da Receita e avaliações sobre Amazônia.

O conselho também propõe a compra de um supercomputador de IA para a administração pública federal e a criação de Olimpíada de IA.

A proposta prevê a maior parte de recursos, R$ 12,72 bilhões, em crédito de entidades como BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Há, ainda, uma fatia não reembolsável do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), de R$ 5,57 bilhões, além da previsão de recursos privados e de estatais.

Há uma seção na proposta que trata só da estrutura de governança do plano, com a sugestão da criação de um conselho superior, responsável por formular diretrizes, vinculado à presidência e aos ministérios. Há também o comitê executivo, que daria suporte ao conselho, e as câmaras temáticas para acompanhar a execução das ações do plano.

O objetivo do plano, segundo o documento, é: “promover o desenvolvimento, a disponibilização e o uso da inteligência artificial no Brasil, orientada à solução dos grandes desafios nacionais, sociais, econômicos, ambientais e culturais, de forma a garantir a segurança e os direitos individuais e coletivos, a inclusão social, a defesa da democracia, a integridade da informação, a proteção do trabalho e dos trabalhadores, a soberania nacional e o desenvolvimento econômico sustentável da nação”.

Os R$ 23 bilhões serão distribuídos em cinco eixos: infraestrutura e desenvolvimento de IA (R$ 5,79 bilhões); difusão, formação e capacitação (R$ 1,15 bilhão); melhoria dos serviços públicos (R$ 1,76 bilhão); inovação empresarial (R$ 13,79 bilhões); e apoio ao processo regulatório e de governança da IA (R$ 103,25 milhões). **(FP)**

Fique ligado

Mais de 2.000 empresas usam benefício fiscal do Perse sem estarem aptas

A Receita Federal identificou que 2.339 empresas usam o Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) sem habilitação para ter acesso ao benefício fiscal. O Fisco enviou correspondência eletrônica alertando essas companhias de que o prazo final para regularizarem a situação termina em 2 de agosto.

Na comunicação, a Receita recomenda a essas empresas que revejam seus registros para evitar riscos fiscais e informa que o uso indevido do benefício do Perse no pagamento de tributos poderá implicar em autuação e multa.

A obrigação da habilitação foi incluída na lei aprovada neste ano que prorrogou o Perse até 2026, mas fixou um teto de R$ 15 bilhões para o custo do programa (perda de arrecadação). Quando o teto for atingido, o programa será encerrado.

Até agora, 951 pedidos de habilitação de empresas foram negados, segundo informações da Receita obtidas pela reportagem. O órgão aprovou até agora 7.535 pedidos de habilitação (as empresas que usam os créditos sem autorização correspondem, portanto, a 31% das já aprovadas).

Os problemas no uso do Perse por empresas que não estão ainda habilitadas foram identificados por meio do cruzamento de dados da DIRBI (Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades da Natureza Tributária).

Pela DIRBI, as empresas são obrigadas a informar a utilização de 16 tipos de benefícios tributários. Entre eles, o Perse. De janeiro a maio, as empresas informaram que deixaram de pagar R$ 6,05 bilhões por conta do benefício do programa.

Esse valor não serve, porém, como parâmetro do cálculo do teto de R$ 15 bilhões da renúncia do Perse. A contagem só começou a valer a partir de abril, prazo fixado na lei que prorrogou o benefício fiscal.

A expectativa é a de que o teto seja atingido em meados do ano que vem. Portanto, antes do prazo final do programa, segundo integrantes da Receita que acompanham o monitoramento. O Fisco terá que informar a cada bimestre o acompanhamento do teto e seguir uma série de procedimentos antes de encerrá-lo.

O Perse foi criado na pandemia da Covid-19 para socorrer as empresas do setor de eventos. A ideia do governo era acabar neste ano com o benefício. O Fisco identificou que o programa era uma porta aberta para fraudes. Mas parlamentares pressionam pela prorrogação. Após uma polêmica negociação, a lei foi aprovada e sancionada por Lula em maio passado.

A lei reduziu de 44 para 30 o número de serviços beneficiados. O Perse garante alíquota zero para quatro tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. **(FP)**



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

» Na comunicação, a Receita recomenda a essas empresas que revejam seus registros para evitar riscos fiscais e informa que o uso indevido do benefício do Perse no pagamento de tributos poderá implicar em autuação e multa

INÊS 249

CINEMA. Momento atual de crise nas bilheterias e ascensão do streaming vem refreando os grandes estúdios de entrarem nestes temas

'Twisters' ilustra como Hollywood tem dificuldade com crise do clima



DIVULGAÇÃO

Em "Twisters", a região central do estado de Oklahoma é destruída por um tornado a cada dois dias

Tempestades, enchentes e deslizamentos vêm aumentando em níveis alarmantes, afirma um personagem de "Twisters", um filme em que a região central do estado americano de Oklahoma é destruída por um tornado a cada dois dias. "Respeite a mãe natureza", diz outro mais para o fim do longa.

Sintomas e profilaxia estão no roteiro, mas a doença que move a trama nunca é mencionada. Apesar de "Twisters" beber, claramente, do cenário catastrófico que se desenha sobre o planeta conforme a crise do clima se agrava, ela parece não existir na ficção dirigida por Lee Isaac Chung.

"Eu queria garantir que o filme não estivesse pregando uma mensagem, porque eu certamente não acho que esse é o papel do cinema", disse o diretor, criado no Tornado Alley, como é chamado o corredor geográfico frequentemente arrasado pelo fenômeno, à CNN americana, após críticas por não reconhecer a existência da crise do clima no roteiro.

Para Chico Guariba, fundador da Mostra Ecofalante de Cinema, dedicada a filmes socioambientais e que exibe a programação de sua 13ª edição entre esta quinta-feira (1º) e 14 de agosto, o momento atual de crise nas bilheterias e ascensão do streaming vem refreando os grandes estúdios de entrarem em temas considerados delicados ou polarizantes.

Basta olhar para Oklahoma, onde "Twisters" é ambientado, para entender melhor o desejo de Chung e dos estúdios Warner Bros. e Universal, que bancaram o filme juntos, por isenção.

Desde 1964, o estado americano não vota nos democratas na corrida presidencial. Donald Trump, que tenta a reeleição pelo Partido Republicano em novembro, chamou o aquecimento global de "boato" em diversas ocasiões, visão semeada entre sua grande massa eleitoral.

E apesar de pesquisa do Datafolha ter mostrado, no início do mês, que 97% dos brasileiros percebem as mudanças climáticas no dia a dia, nos Estados Unidos, o levantamento mais próximo daquele feito pelo instituto brasileiro, do Pew Research Center, indica que apenas 54% dos americanos veem o aquecimento global como uma ameaça - número que caiu entre 2020 e 2023.

"Hollywood não está necessariamente interessada em fazer esse tipo de filme. Ela teria que lidar com temas delicados, como numa espécie de política pública. É difícil pensar numa empresa privada, como um estúdio, investindo nesse assunto", diz Guariba. "Eles preferem fazer dramas pessoais do que promover um movimento, porque isso não gera dinheiro."

"Twisters" superou as projeções da indústria e arrecadou, até agora, US$ 221 milhões nas bilheterias mundiais, cerca de R$ 1,2 bilhão. E apesar de ser um filme sobre o aumento da quantidade e da força de tornados nos Estados Unidos, não espere vê-lo passar no Teste da Realidade Climática.

Recém-divulgado pela empresa de energia renovável Good Energy e pelo laboratório de estudos climáticos da Universidade Colby, no estado americano do Maine, o teste analisou quantos dos 250 longas mais populares lançados entre 2013 e 2022 reconheciam a existência das mudanças climáticas e em quais deles algum personagem estava ciente delas. Apenas 24 passaram.

Diante do resultado, a revista especializada Hollywood Reporter decidiu afunilar o estudo, buscando nas 20 maiores bilheterias americanas entre 2018 e 2020 quais produções preencheriam os dois requisitos. Apenas "Aquaman", "Jurassic World: Domínio", "Venom" e "Velozes e Furiosos: Hobbs & Shawn" o fizeram.

Curiosamente, o estudo também mostrou que os filmes que reconhecem a existência da crise do clima tiveram um desempenho 8% maior nas bilheterias. A porcentagem chegou a 10% no caso daqueles em que um personagem verbaliza o assunto.

"Blockbusters como Mad Max, Avatar e Duna tocam em temas climáticos, mas ainda há uma relutância em enfrentar o assunto de forma direta", dizem J. English Cook e Alec Turnbull, fundadores do Festival de Filmes Climáticos, que em parceria com o braço americano do jornal The Guardian terá sua primeira edição em setembro.

"Há uma impressão equivocada de que o público não tem interesse por histórias desafiadoras e que, portanto, falar da crise do clima pode ser um tédio. Mas não podemos cair na armadilha de que o tema é monótono, sempre sombrio e triste. Há histórias atraentes para contarmos a partir dele", afirmam, reforçando, no entanto, que a ambiguidade e imaterialidade da crise pode tornar o assunto pouco prático numa tela de cinema.

Como a dupla lembra, Hollywood até vem escondendo mensagens ecologistas em seus filmes mais comerciais, mas de forma sutil, por vezes lúdica. É o caso de "Moana", em que a mãe natureza ganha corpo, ou da franquia bilionária "Avatar", movida pelo desejo do homem de destruir todo um ecossistema para acumular riqueza.

Cada país também parece perceber o problema da sua maneira, com menos ou mais sensibilidade e assimilando particularidades culturais. No Brasil, lar da maior parte da Amazônia, o ambientalismo está em alta, em especial por meio de filmes que foram feitos por ou que retratam indígenas e dão ênfase para a sua relação com a floresta, como recém-lançado "A Flor do Buriti".

"Aruanas", série original do Globoplay com Taís Araujo, Camila Pitanga, Leandra Leal e Débora Falabella, retratou em duas temporadas o ativismo de líderes de uma ONG que investiga crimes ambientais. "Cidade Invisível", em que a Netflix e Marco Pigossi resgatam o folclore brasileiro, também frisou a crise conjugal entre homem e natureza.

Chico Guariba, da Mostra Ecofalante, diz que o Brasil ainda é carente no assunto, dada a quantidade de catástrofes naturais que presenciamos, mas comemora os esforços recentes, em especial no gênero documental, e o interesse crescente por seu festival.

Em Hollywood, afinal, não há escassez de estrelas e executivos que se dizem liberais e não poupam gritos de guerra. Alguns, como Jane Fonda e Shailene Woodley, de fato botaram a mão na massa e chegaram até a ser presos por protestar pelo meio ambiente. Mas o contraste é enorme quando lembramos das emissões de gás carbônico dos jatinhos privados de figurões como Taylor Swift e Steven Spielberg.

(Leonardo Sanchez/FP)

Publicidade Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE
Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 66/24 - EDITAL N.º 66/24 - PROC. ADM. N.º 5.374/24.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde, gerados pelas unidades da Secretaria da Saúde do Município de São Vicente, por estabelecimentos de saúde e de interesse à saúde particulares cadastrados na Prefeitura Municipal de São Vicente, dos Grupos: A (e seus subgrupos), B e E, de acordo com a classificação contida na RDC 222/2018 da ANVISA, conforme as especificações detalhadas constantes no Termo de Referência, pelo período de 12 (doze) meses. Recebimento das Propostas: Até as 14 horas do dia 14/08/24. Abertura das Propostas: Às 14h30min do dia 14/08/24. Início da Sessão de Disputa: Às 15 horas do dia 14/08/24. Informações Telefone: (13) 3569-5710. E-mail: sesasvcompras@yahoo.com.br ou compras@saudesaovicente.sp.gov.br. Site para acessar a Disputa: www.novabbmnet.com.br.

São Vicente, 30 de julho de 2024.

MICHELLE LUÍS SANTOS
Secretária Municipal da Saúde

PRD 25 PARTIDO RENOVAÇÃO DEMOCRÁTICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CONVENÇÃO MUNICIPAL

A Comissão Executiva Municipal de São Vicente/SP do Partido Renovação Democrática - PRD, por seu Presidente Willian Monteiro dos Santos, convoca todos os convencionais para a Convenção Municipal a realizar-se de forma presencial na data de 03/08/2024 na Alameda Paulo Gonçalves, nº 61, Ilha Porchat, São Vicente/SP – CEP: 11320-350, às 19:00 horas, em primeira chamada, e as 20:00 horas, em segunda e última chamada, com encerramento as 22:00 horas, para deliberar sobre as seguintes **ordens do dia:**
I – Deliberação, mediante voto direito e secreto ou por aclamação para:
A) Escolha da chapa de candidatos e candidatas a vereador, nas eleições 2024;
B) Escolha dos números de legendas dos candidatos e das candidatas à vereador, mediante avaliação da executiva municipal ou mediante sorteio.
C) Escolha dos candidatos do partido aos cargos de prefeito(a) e vice-prefeito(a) e ainda a celebração de coligações majoritárias e/ou apoio político, nas eleições de 2024.
D) Discussão e deliberação de outros assuntos de interesse partidário;
H) Delegação de amplos e plenos poderes à Comissão Executiva Municipal para a complementação das chapas proporcional e majoritária, inclusive substituição de nomes e as atribuições de números da legenda para a candidatos e candidatas a vereador, como também,
para apoio a coligação Majoritárias e ou apoio político a prefeito.

São Paulo, 26 de julho de 2024.
WILLIAN MONTEIRO DOS SANTOS
PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA MUNICIPAL

Edital De Citação - Prazo De 30 Dias. Processo Nº 1032936-24.2023.8.26.0562 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro de Santos, Estado de São Paulo, Dr(a). Simone Curado Ferreira Oliveira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) a todos os que o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento, que neste Juízo corre seus trâmites, processo de Ação Monitoria – Responsabilidade do Fornecedor conforme a Lei Especial nº 5.478/68 em que é ré ALFA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA., empresa privada, com nome de fantasia "GALICIA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS" inscrita no CNPJ 08.754.943/0001-11 – NIRE 35233570313 e Inscr. Estatual nº 132146145119, no qual o autor (a) COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS BR LTDA., requer a "CITAÇÃO", tendo em vista a ré não foi encontrada no endereço declinado na JUCESP. Foi realizado tentativas para localizar a ré nos endereços Rua: Comendador Martins, 303, Vila Mathias – Santos/SP, CEP 11015-531 e Avenida Conselheiro Nebias, 444, conj. 1906, Encruzilhada, Santos/ SP, CEP 110475-000, e como esteja a mesma em lugar incerto e não sabido, não sendo possível citá-lo (a) no endereço conhecido na pessoa de seu representante legal pessoalmente, nestas condições foi deferido a citação pelo presente edital, para comparecerem em juízo, para promover sua defesa e ser notificado dos ulteriores termos do processo, a que deverá comparecer, sob pena de revelia. Para conhecimento de todos é passado o presente edital, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Santos, aos 22 de julho de 2024. K-31/07e01/08



Prefeitura Municipal de Itanhaém

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 126/2023

Acha-se aberto na Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Itanhaém o Pregão Eletrônico nº 126/2023 Processo nº 16655/2023
Interessado: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes Tipo de Licitação: Menor preço por item
Objeto: MATERIAL ODONTOLÓGICO
Recebimento das propostas: Início - 31/07/2024 e Final - 13/08/2024
Data e Hora da abertura da sessão pública: A partir das 10:00 do dia 13/08/2024.
Todas as fases referentes a este procedimento licitatório serão realizadas pela Internet no endereço eletrônico: www.novobbmnet.com.br
Informações: Tel. (13) 3421-1644 e no email pregao@itanhaem.sp.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM
em 30 de julho de 2024

Marcelo Gonçalves Jesus - Secretário Municipal da Saúde.



Prefeitura Municipal de Itanhaém

AVISO SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 85/2024

Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Itanhaém o Pregão Eletrônico nº 85/2024 Processo nº 10494/2024
Interessado: Secretaria de Administração Tipo de Licitação: Maior Desconto
Objeto: REGISTRO DE PREÇO Aquisição de combustível (diesel S10 e gasolina comum) com um tanque em regime comodato, com capacidade mínima de 15.000 litros não bipartido para o diesel S10, com bombas, mangueiras, régua de aferição de consumo e abastecimento, enfim, todo material necessário instalado e manutenção para o perfeito funcionamento.
A presente licitação será suspensa para readequação de edital.
Informações: Tel. (13) 3421-1644 e no email pregao@itanhaem.sp.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM
em 30 de julho de 2024

FRANK WILLIAN MIRANDA LIMA.

Citação. Prazo 20 dias. Proc. 1003281-54.2022.8.26.0590. O Dr. Fernando Eduardo Diegues Diniz, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de São Vicente/SP, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Wilson de Jesus Souza CPF 050.723.378-63 que Condomínio Edifício Itararé ajuizou Ação de Procedimento Comum (R$11.106,00 - 29.03.22) objetivando a condenação do réu na obrigação de cumprir o contrato firmado em 20.09.21 e/ou ressarça o autor nos valores que foram necessários para a contratação de outro profissional habilitação para finalização dos serviços, sob pena de indenização por perdas e danos. Estando o réu em lugar ignorado, expede-se o edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste o feito, sob pena de confissão e revelia, caso em que será nomeado curador especial. Será o edital publicado na forma da Lei. São Vicente, 25.07.24 K-31/07e01/08

7ª Vara Cível do Foro da Comarca de Santos/SP
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1023733-38.2023.8.26.0562. A MM. Juíza de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro de Santos, Estado de São Paulo, Dra. SIMONE CURADO FERREIRA OLIVEIRA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a **CLEIDE LEITE DE ANDRADE FRANCO BANZATO**, Brasileiro, Viúvo, Servidor Público Estadual, RG 215658966, CPF 06619917844, com endereço à Rua Dom Lara, 72, ap. 210, Boqueirão, CEP 11045-160, Santos - SP, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de **BANCO BRADESCO S/A**, desconhecido, profissão desconhecida, CPF/MF 066.199.178-44, com endereço na Rua D. Lara, nº 72, Boqueirão, CEP: 11045-160, Santos/SP, que **Banco Bradesco S/A**, CNPJ/MF nº 060.746.948/0001-12, com sede na Cidade de Deus, s/n, CEP: 06029-900, Osasco/SP, ajuizou ação Monitória (Contratos Bancários), objetivando a cobrança da quantia de **R$ 101.226,80** (agosto/2023), que será atualizada até a data do efetivo pagamento, correspondente a soma do saldo devido pelo Instrumento Particular de Confissão de Dívida e outras Avenças, sob o nº 00149.0636266.444.4917991, firmada em 03/03/2022. Ocorre que a requerida não honrou com os pagamentos, deixando de pagar a dívida contraída, estando inadimplente com a obrigação. Encontrando-se em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, **para que em 15 dias**, a fluir após os 20 dias supra, **pague o débito** (ficando isento de custas processuais) que serão acrescidos de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor atribuído à causa, **ou ofereça embargos**, sob pena de conversão da ação Monitória em mandado executivo, conforme art. 701, § 1º do NCPC. Decorrido o prazo que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Santos, aos 19 de julho de 2024.

8ª Vara Cível da Comarca de Santos/SP. Edital de Citação. Prazo: 30 dias. Processo digital nº 1004183-57.2023.8.26.0562. O Dr. Fernando de Oliveira Mello, Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de Santos/SP, Faz Saber a **Stephanie Lemos da Silva (CPF: 460.086.958-36),** que **Cooperativa SICOOB Unimais Metropolitana – Cooperativa de Crédito,** lhe ajuizou a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 67.648,37 (02/23), referente a: **1)** Proposta de Abertura de Conta Pessoa Física, com contratação de cheque especial; **2)** Empréstimo Pré-Aprovado, através do Canal Sicoobnet Celular, em 20/07/2022; **3)** Empréstimo Pré-Aprovado, através do Canal Sicoobnet Celular, em 27/07/2022.Encontrando-se a requerida em lugar incerto e não sabido, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após o prazo de 30 dias supra, ofereça resposta, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado. Santos, 15/07/24.



ORÇAMENTO. Cálculos feitos pelo Tesouro consideram parâmetros do próprio governo

Governo terá espaço extra de R$ 138,3 bilhões

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) terá um espaço extra de R$ 138,3 bilhões para despesas do Poder Executivo no Orçamento de 2025, segundo as regras do novo arcabouço fiscal.

É neste espaço que o governo precisará acomodar a expansão de benefícios obrigatórios, bem como a demanda por gastos discricionários, como custeio e investimentos, além de emendas parlamentares e os pisos de Saúde e Educação.

Só o aumento projetado para o salário mínimo deve custar R$ 35,3 bilhões. Já a correção dos benefícios acima do piso pode adicionar outros R$ 19,5 bilhões.

Os cálculos, feitos pelo Tesouro, consideram parâmetros projetados pelo próprio governo, como salário mínimo de R$ 1.502 no ano que vem e um INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de 3,65%. Cada R$ 10 a mais no piso nacional tem impacto de R$ 3,92 bilhões nas despesas. Já a variação de 1 ponto percentual no INPC amplia o gasto em R$ 5,34 bilhões.

As estimativas não consideram o aumento da base de beneficiários dessas políticas, um fator relevante sobretudo neste momento de redução das filas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Em maio, o governo bateu a marca de 40 milhões de benefícios emitidos na Previdência e no BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. Trata-se de um crescimento de 5,5% em relação ao estoque de maio de 2023.

Os números dão uma dimensão do desafio da equipe econômica para fechar o Orçamento de 2025. O ministro Fernando Haddad (Fazenda) já anunciou que será preciso cortar R$ 25,9 bilhões em benefícios previdenciários e assistenciais para conseguir acomodar os gastos dos limites do arcabouço fiscal.

A economia será obtida a partir do pente-fino em benefícios como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e BPC.

A ministra Simone Tebet (Planejamento) prometeu detalhar as medidas em entrevista coletiva nos próximos dias. A peça orçamentária de 2025 precisa ser enviada ao congresso até 31 de agosto deste ano.

O arcabouço fiscal proposto por Haddad e aprovado pelo Congresso Nacional prevê a correção do limite de gastos pela inflação mais um percentual real, que fica entre 0,6% e 2,5% ao ano. A definição da variação real depende da dinâmica das receitas em 12 meses até junho do ano anterior.


FABIO RODRIGUES POZZEBOM /AGÊNCIA BRASIL
Aumento projetado para o salário mínimo deve custar R$ 35,3 bi

Na sexta-feira (26), o Tesouro Nacional divulgou o resultado das contas públicas do primeiro semestre de 2024, o que permite calcular quanto será a expansão do espaço fiscal no ano que vem. A conta foi apresentada pelo subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal do Tesouro Nacional, David Athayde.

A variação da chamada RLA (receita líquida ajustada), que desconta itens voláteis como royalties e dividendos, cresceu 5,78% em 12 meses até junho de 2024, na comparação com igual período de 2023.

Pela regra do arcabouço, a alta real do limite de despesas será de 70% da expansão da RLA. Como isso resultaria numa variação de 4,05%, o resultado final é a garantia da correção real pelo máximo permitido (2,5%).

Hoje, o limite global para despesas sujeitas ao arcabouço fiscal é de R$ 2,105 trilhões. Com a aplicação do mecanismo, esse teto subirá a R$ 2,249 trilhões. **(FP)**

Aviões colidem no pátio de Congonhas

Um avião da Gol e outro da Latam colidiram na tarde desta segunda-feira (29) no pátio do Aeroporto de Congonhas, na zona sul de São Paulo. Não houve feridos.

Segundo a Aena, concessionária responsável pelo aeroporto, as duas aeronaves sofreram uma colisão no solo, durante procedimento de taxiamento. Os passageiros precisaram ser realocados em outras aeronaves.

A Aena informou que o incidente aconteceu após uma falha no equipamento de pushback (usado para rebocar a aeronave da área de embarque até a pista de taxiamento) de uma das empresas.

Em nota, a Gol informou que a colisão ocorreu durante o procedimento de pushback da aeronave que faria o voo G3 1238, de Congonhas para Florianópolis. Houve contato entre a ponta da asa de um avião (da Latam) e a cauda da aeronave da Gol, que seguiu para manutenção. Os passageiros desse voo, informou a companhia, precisaram desembarcar da aeronave e foram realocados em outra. **(AB)**

Exército monitora situação na fronteira com Venezuela

A linha de frente da questão está sob responsabilidade do Exército em Roraima, estado com a principal fronteira do Brasil

O agravamento da crise política na Venezuela ainda não se refletiu em mudanças no fluxo de refugiados para o Brasil, mas a situação é monitorada diariamente pelo Ministério da Defesa.

A linha de frente da questão está sob responsabilidade do Exército em Roraima, estado com a principal fronteira do Brasil com o vizinho. Desde 2018 funciona na região a Operação Acolhida, que visa fazer o recebimento, a triagem e a assistência aos venezuelanos que deixam seu país.

A estrutura montada já recebeu mais de mil refugiados por dia. Agora, a média flutua entre 300 e 500 pessoas. A fronteira foi fechada de sexta (26) a segunda (29) devido à eleição presidencial do domingo (28), algo que sempre ocorre, o que não permite aferição exata da situação, mas militares na região dizem que o fluxo parece estável.

O ditador Nicolás Maduro foi declarado vencedor da disputa, denunciada amplamente como fraudulenta tanto pela oposição quanto por diversos países.

A crise decorrente está em curso com incidentes de violência, com mortes relatadas, e de repressão policial. Tudo isso tem potencial de fazer aumentar a saída de venezuelanos para o Brasil. A Operação Acolhida já ajudou a assentar no país mais de 125 mil cidadãos do vizinho.


MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL
Exército e Defesa não fazem considerações sobre a confusão, dado que se trata de um tema para a diplomacia

Exército e Defesa não fazem considerações sobre a confusão, dado que se trata de um tema para a diplomacia e para evitar ruídos com o PT do presidente Lula, mas podem ter de lidar com as consequências da crise.

É a segunda vez em poucos meses que isso ocorre. No fim do ano passado, quando Maduro anunciou um plebiscito para a anexação de 2/3 do território da Guiana, de olho no petróleo nos campos marítimos da região de Essequibo, a Defesa anunciou um reforço de tropas em Roraima.

Na realidade, o que ocorreu foi a aceleração de um cronograma já acertado de elevação de status da guarnição militar de Boa Vista, a capital de Roraima. O esquadrão com 150 homens virou um regimento, com 400, comandados por um coronel. Já um pelotão de fronteira, com 30 soldados, passou a esquadrão.

Os números são modestos, e ao fim deram uma sinalização a Maduro acerca da posição brasileira em favor de negociações entre Caracas e a Guiana.

A proximidade entre o governo Lula (PT) e a ditadura venezuelana também ajudou a evitar leitura de escalada à época.

Na crise atual, por outro lado, ela é um elemento a mais na delicada relação entre as Forças Armadas e o Palácio do Planalto, que remonta ao militarizado governo de Jair Bolsonaro (PL) e a turbulenta transição de poder após a derrota do então presidente para Lula em 2022.

Os militares brasileiros sempre tiveram desconfianças acerca do belicismo da Venezuela, tanto sob Maduro como nos anos de poder do falecido Hugo Chávez (1998-2013). Nesses períodos, Caracas virou o principal cliente militar da Rússia e da China na América Latina, e Moscou mantém uma relação estratégica próxima.**(FP)**

PF indicia Cláudio Castro sob suspeita de corrupção

A Polícia Federal indiciou o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), sob suspeita dos crimes de corrupção passiva e peculato. A conclusão é de investigação que apurou desvios de recursos de programas do estado.

Os crimes teriam sido cometidos quando ele era vereador e, depois, vice-governador do estado, entre 2017 e 2020. A informação foi revelada pelo UOL e confirmada pela Folha de S.Paulo.

O inquérito foi remetido ao STJ (Superior Tribunal de Justiça), corte responsável por analisar ações envolvendo governadores. Caberá à PGR (Procuradoria-Geral da República) decidir se aceita o indiciamento e denuncia Castro.

Castro afirmou, em nota, que sua defesa vai pedir a anulação do relatório da PF. Ele declarou também que "confia na Justiça e está seguro de que tudo será esclarecido até o fim do processo legal".

"Causa estranheza o fato de, em todos esses anos, o governador sequer ter sido convocado a prestar qualquer esclarecimento sobre os fatos", afirma a nota.

"As informações que sustentam a investigação são infundadas e a defesa reitera que tudo se resume a uma delação criminosa, de um réu confesso, em documentos que estão sob segredo de Justiça e continuam a ser vazados, o que vem sendo contestado junto aos tribunais superiores em razão de sua absoluta inconsistência", diz o governador, em nota.

O advogado Carlos Luchione, que representa o governador, disse não ter tido acesso ao relatório da PF.

Com o indiciamento, Castro se torna mais um chefe do Palácio Guanabara que tem contra si investigação com conclusão de que cometeu corrupção. A lista inclui os ex-governadores Moreira Franco (1987-1991), Anthony Garotinho (1999-2002), Rosinha Garotinho (2003-2006), Sérgio Cabral (2007-2014) e Pezão (2014-2018) -este último absolvido da acusação cinco anos depois.


ROGÉRIO SANTANA / GOVERNO DO RIO DE JANEIRO
Os crimes teriam sido cometidos quando ele era vereador e, depois, vice-governador do estado, entre 2017 e 2020

A investigação da PF apurou desvios de verbas de programas de assistência social no Rio de Janeiro entre 2017 e 2020, período no qual Castro exerceu mandato como vereador e vice-governador.

Em delações premiadas, o empresário Marcus Vinícius Azevedo da Silva, ex-assessor de Castro, e Bruno Selem, funcionário da Servlog, empresa investigada, acusaram o governador de receber propina de empresários ligados a projetos sociais.

Silva afirmou ao Ministério Público que o governador gastou US$ 20 mil durante uma viagem que fez com a família a Orlando, na Flórida, onde ficam parques da Disney.

De acordo com o depoimento, Castro recebia propina de verba desviada de contratos da Fundação Leão 13 e da Subsecretaria da Pessoa com Deficiência. Um desses contratos era para o projeto Novo Olhar, gerido pela empresa Servlog Rio, do empresário Flavio Chadud.

Selem também acusou o governador de receber propina. O delator afirma que Chadud entregou dinheiro a Castro em julho de 2019, na época que ele era vice-governador. **(FP)**

Homem cai e morre após fazer rapel

Um homem de 34 anos morreu após cair enquanto fazia rapel na cachoeira Rancho Queimado, em Mimoso (MT).

Anderson Felis Pereira caiu de altura de 15 metros, segundo equipes de resgate. Ele era experiente no rapel e bateu a cabeça em pedras quando caiu, segundo boletim de ocorrência. O acidente ocorreu no domingo (28).

Socorro precisou ser feito de helicóptero. Uma equipe do Ciopaer levou uma equipe do Samu até o local, segundo a Secretaria de Estado de Segurança Pública de MT.

Morte de Anderson foi constatada ainda no local do acidente. O corpo dele foi encaminhado ao Hospital Municipal de Cuiabá e, de lá, levado ao Instituto Médico Legal. **(FP)**



BILLBOARD

Pabllo Vittar no top 100

A brasileira se juntou a RuPaul como únicas drags da história a figurar na lista dos cem artistas mais ouvidos do mundo

Pabllo Vittar entrou para o topo mundial dos 100 artistas mais ouvidos nesta segunda-feira (29). A cantora brasileira é a segunda drag queen da história a conseguir o feito, atrás apenas de RuPaul. A música "Alibi", parceria da cantora com Sevdaliza e Yseult, ficou em 95º lugar entre as mais ouvidas. Essa também é a primeira vez que as duas artistas que compartilham o hit com Pabllo figuram na lista da Billboard. No Instagram, Pabllo compartilhou a notícia com seus seguidores e celebrou o top 100: "Meu Deus, estou tão feliz!"


REPRODUÇÃO/INSTAGRAM


REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

Miss renuncia a título

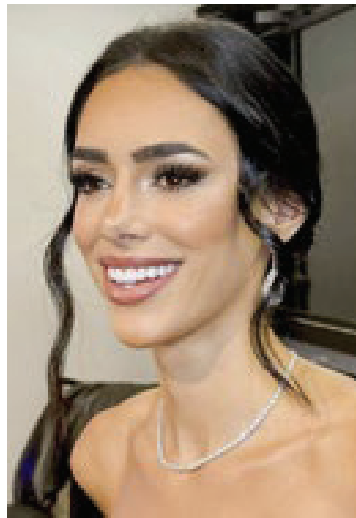
A estudante de jornalismo Maria Vitória Rondon renunciou ao título e coroa de Miss Grand Mato Grosso após se sentir humilhada no concurso. As coordenações estadual e nacional negam destrato com a miss. O anúncio da desistência foi feito em vídeo publicado no Instagram, três dias após ter sido eleita. Diante da renúncia, a vice-campeã, Tai Zimpel, foi coroada nova Miss Mato Grosso.

Fabiana Karla apresentará programa

Anunciada como apresentadora da 10ª temporada do Bake Off Brasil, Fabiana Karla está realizada em enfrentar o novo desafio. "Estou no meu momento profissional mais feliz", disse. Em evento de lançamento do Bake Off, Fabiana disse que tinha vontade de apresentar um programa de culinária, mas, mesmo assim, ficou surpresa ao receber o convite. A temporada estreia no dia 5 de agosto na Max. No SBT, a estreia acontece a partir do dia 10 de agosto, às 20h45. Já no Discovery Home & Health as exibições terão início dia 16 de agosto, às 21h.



REPRODUÇÃO/INSTAGRAM


REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

Decisão

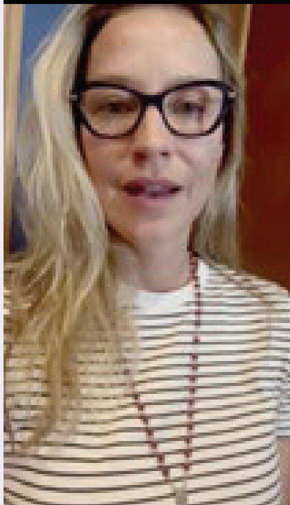
Bruna Biancardi falou sobre o relacionamento com Neymar ao responder a pergunta de um seguidor. Ela admitiu receber "muito hate" nas redes sociais, mas que decidiu dar uma nova chance ao jogador. "Ele já errou muito comigo e sabe disso. Ficamos longos meses separados e decidimos, em julho, voltar", disse.


REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

Justiça

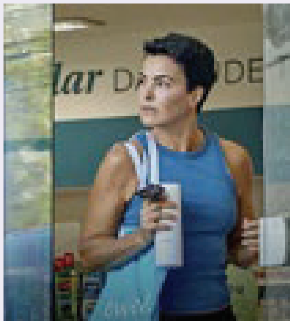
Luísa Sonza não poderá mais comercializar um esmalte com o nome da música 'Modo Turbo'. A cantora perdeu a ação contra a empresa de cosméticos de Santa Catarina, Modo Turbo Royalties e Licenças. A empresa disse ser detentora da marca, registrada junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI).

Curtas


REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

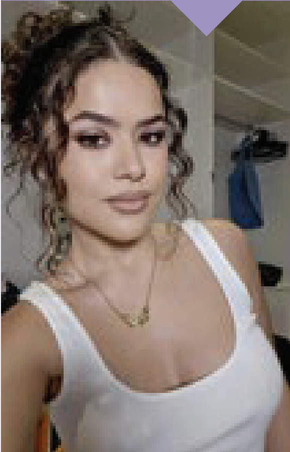
INDENIZAÇÃO. A emissora Band e o apresentador Emílio Surita, do Pânico, pagaram uma indenização de R$ 384,9 mil para Luana Piovani. O pagamento encerrou um processo que se arrastava desde 2014 e era movido pela atriz contra o programa. A emissora desembolsou R$ 308,1 mil, enquanto o apresentador pagou R$ 76,8 mil.

ATAQUES. As organizações do Miss Universe Brasil e do Miss Universe São Paulo se manifestaram oficialmente sobre uma série de ataques que a vencedora paulista, Milla Vieira, está recebendo nas redes sociais. Desde que foi coroada, a modelo tem sofrido com mensagens e postagens com teor de ódio e racistas. "Apoiaremos Milla na tomada de providências legais", diz a nota.


REPRODUÇÃO

R$ 700 MIL. Ana Paula Arósio, que está longe da televisão há quase 15 anos, ressurgiu nesta segunda-feira (29) em uma prévia de uma campanha publicitária. A atriz, que vive na Inglaterra, recebeu um cachê de R$ 700 mil para estrelar o comercial de uma rede de farmácias em parceria com uma marca de suplementos.

Frase


REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

"Um ano do dia em que eu mais senti medo."

Maisa relembrou o incêndio a que sobreviveu com amigos há um ano.